

CATEGORIAS DE ANÁLISE RELACIONADAS AO FENÔMENO EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

Valéria Juliana Tortato Monteschio¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar as principais categorias de análise que norteiam a Educação a Distância (EaD) a fim de compreender as funções do professor-tutor, sob o ponto de vista das Políticas Públicas da Educação no Brasil. Estes profissionais atuam nos ambientes virtuais nas instituições de ensino, e por muitas vezes, sentem que tem o trabalho fragmentado deixando de perceber o Todo no processo de trabalho. Daí a necessidade de rever o trabalho docente para que não seja transformado em um produto que segue os moldes de uma fábrica onde é utilizada a chamada esteira de produção. Este é um risco real em que a Educação vem se transformando, uma vez que a quantidade parece vencer a qualidade e o ganho de tempo passa a ser o mais importante para se atingir um lucro maior. Esta investigação justifica-se pela necessidade em haver uma política voltada a regulamentação da atividade do professor-tutor da EaD, que desde de sua implantação legal em 1996, não teve sequer mencionada a categoria em que este profissional se enquadra, ficando as instituições com total abertura para criar suas próprias regras sobre tutoria. Resultado de pesquisa de cunho documental, a presente pesquisa aborda aspectos atuais da chamada sociedade do conhecimento e da tecnologia como fatores fundamentais que proporcionaram mudanças nos padrões educacionais convencionais.

Palavras chave: Educação a Distância. Categorias de Análise. Tutoria.

ABSTRACT

This article aims to present the main categories of analysis that guide Distance Education (EAD) in order to understand the functions of the teacher-tutor, from the point of view of the Public Policies of Education in Brazil. These professionals work in virtual environments in educational institutions, and for many times they feel that their work is fragmented, failing to perceive the Whole in the work process. Hence the need to review the teaching work so that it is not transformed into a product that follows the mold of a factory where the so-called production conveyor is used. This is a real risk that education has been changing, since quantity seems to beat quality and time gain is the most

¹ Professora no Grupo Educacional Opet; Mestre em Políticas Públicas da Educação (Universidade Tuiuti do Paraná)

important to achieve a higher profit. This research is justified by the need to have a policy aimed at regulating the activity of the teacher-tutor of EaD, which since its legal implementation in 1996, has not even mentioned the category in which this professional fits, leaving institutions with total to create their own rules about mentoring. As a result of a documentary research, the present research deals with current aspects of the so - called knowledge and technology society as fundamental factors that have led to changes in conventional educational standards.

Keywords: Distance Education. Categories of Analysis. Mentoring.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é expor aspectos da trajetória da Educação a Distância no Brasil, demonstrando que a mesma surge num contexto de ideários que a percebiam como o caminho que solucionaria os problemas da educação brasileira, em especial a ampliação do acesso à educação superior e a processos de formação continuada.

Uma investigação sobre a Educação a Distância no Brasil nos cursos superiores se faz necessária, uma vez que essa modalidade encontra-se em um momento de transformações rápidas, crescendo quatro vezes mais que o presencial, segundo o Censo MEC de 2011-2012 (ABED, 2013).

O dado supramencionado se justifica por várias razões que têm sido intensificadas nas últimas décadas na sociedade como a falta de tempo, distâncias geográficas, *internet*, concorrência, necessidade em aprender e custo, que resultaram em um cenário de altíssimo interesse e de oportunidades aos grupos dominantes, sobretudo na área educacional.

Neste cenário intensifica-se o movimento da implementação da Educação a Distância visando possibilitar ao aluno um aprendizado com custos mais baixos, em horários alternativos e com maior flexibilidade.

Disseminar a Educação a Distância pode oportunizar o acesso à busca do conhecimento, não apenas nos grandes centros, mas em especial nas cidades distantes. A promoção da educação e acessibilidade pode levar a sociedade a ter um cenário de igualdade na busca pelo conhecimento, desde que oferecida com base em princípios democráticos, respeitando o trabalho crítico do professor.

Para compreender a razão pela qual a Educação a Distância tem sido uma alternativa de acesso ao Ensino Superior, faz-se necessária a investigação de algumas categorias de análise relacionadas ao fenômeno EaD, como trabalho, mediação, hegemonia, alienação, educação, democracia e marginalização. E ainda, a categoria de conteúdo totalidade, indispensável neste trabalho.

1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Fenômeno em tempos de globalização, a Educação a Distância à medida que avança no aspecto acessibilidade, desperta o interesse de diversos autores da área educacional em buscar o melhor conceito para esta modalidade.

Saviani (1995) discute o aspecto da contribuição que a educação apresenta, e com a configuração do indivíduo, faz com que ele seja um membro do gênero humano. Afirma que o diferencial específico da educação estaria na intencionalidade que a tarefa preside perante a educação. Para o autor, a educação “é o ato de produzir em cada indivíduo, direta e intencionalmente, a humanidade histórica e coletiva do conjunto de homens” (SAVIANI, 1995, p. 46).

Basicamente, para Saviani (1995), a educação representa a construção do indivíduo como ser social. É a concepção da "produção do saber" onde o homem é capaz de elaborar ideias, possíveis atitudes e uma diversidade de conceitos.

Assim, a educação pode ser definida como uma atividade emancipadora que privilegia a formação humana. Porém, a natureza dessa atividade é um elemento essencial na medição para a emancipação, ou seja, na compreensão das possibilidades e limites. De modo geral, a discussão acerca da natureza da educação vai além da sociedade capitalista ou sociedade de classes. Ela pode ser concedida num determinado momento com a natureza de um determinado fenômeno social quando há continuidade nas transformações. Saviani (2009a) afirma que avanços na educação acontecem quando a sociedade pensa a educação de maneira revolucionária:

A passagem do senso comum à consciência é condição necessária para situar a educação numa perspectiva revolucionária. Com efeito, é essa a única maneira de convertê-la em instrumento que possibilite aos membros das camadas populares a passagem da condição de “classe em si” para a condição de “classe para si”. Ora, sem a formação da consciência de classe não existe organização e sem organização não é possível a transformação revolucionária da sociedade (SAVIANI, 2009a, p. 7).

Nesse sentido, conforme afirmativas de Saviani e Duarte (2012), é imprescindível colocar a educação a serviço da mobilização coletiva e da transformação social. Dessa maneira, a educação está situada em um movimento contraditório constante que coincide com os interesses dominantes, os quais delega aos educadores a realização de quase todas as atribuições, exceto a de transmissão sistemática do conhecimento. Esse argumento existe como pretexto de que as diferenças culturais e o acesso espontâneo ao conhecimento estão sendo assegurados pelas novas tecnologias da informação, fazendo com que os indivíduos se adaptem às condições de vida ditadas pelas transformações atuais exigidas no mundo do trabalho.

No que diz respeito à Educação a Distância, necessário se faz distinguir a realidade a qual cerca a educação no Brasil da ideia de que a tecnologia por si só é capaz de suprir os equívocos realizados pela classe dominante ao longo da história da educação no país. Para desmitificar que a tecnologia não é um aparato que surge apenas trazendo um lado positivo que parece atender às necessidades daqueles que buscam oportunidades, Álvaro Vieira Pinto (2005) traz o significado de tecnologia e aponta como esta se encontra instalada na era globalizada:

O conceito de “era tecnológica” constitui importantíssima arma do arsenal dos poderes supremos, empenhados em obter estes dois inapreciáveis resultados: (a) revesti-lo de valor ético positivo; (b) manejá-lo na qualidade de instrumento para silenciar as manifestações da consciência política das massas, e muito particularmente das nações subdesenvolvidas. Quanto a estas últimas, é preciso empregar todos os meios para fazê-las acreditar – e seus expoentes letrados nativos se apressarão sem dúvida em proclamá-lo – que participem em pé de igualdade da mesma “civilização tecnológica” que “os grandes”, na verdade os atuais “deuses”, e bondosamente estendem a ricos e pobres sem distinção. Divulgando este raciocínio anestesiante, esperam os arautos das potências regentes fazer crer que toda a humanidade sob sua proteção goza uniformemente dos favores da civilização tecnológica, o que significa tornar não apenas imoral e sacrílega a rebelião contra elas, mas ainda converter a pretensão de autonomia política e econômica das massas da nação pobre em um gesto estúpido (PINTO, 2005, p. 43).

Nessa perspectiva, o autor afirma que as criações técnicas se originam em “restritas áreas nacionais dominantes, e nestas são promovidas por grupos economicamente privilegiados, que delas auferem todos os proveitos” (PINTO, 2005, p. 43).

Essa consciência necessita vir antes de rotular a tecnologia como a salvação para todas as falhas de um sistema precário e desprovido da qualidade necessária para o progresso educacional, social e econômico de um país.

O profissional da educação pode tornar-se parceiro dos estudantes no processo de construção do conhecimento. É justamente esta mudança que precisa acontecer no processo educativo de modo a tornar possível o trabalho desse profissional numa prática pedagógica diferenciada, privilegiando a criticidade.

Nas décadas de 1970 e 1980, passou-se a conceituar a EaD a partir das características que determinam os seus elementos constitutivos. Nessa perspectiva, o termo Educação a Distância, pode ter diferentes significados de acordo com cada país. Nunes (1997, p. 18) afirma que a modalidade é “um conjunto de estratégias referenciadas como educação por correspondência, na Inglaterra; estudo em casa, nos EUA; estudos externos na Austrália; educación a distância, em espanhol e tele-educação em português”.

Ao relacionar com as políticas educacionais, de acordo com o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, em seu artigo primeiro, a EaD é assim definida:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005a).

Neste sentido, percebe-se que a EaD veio aliar à educação convencional a uma prática educativa caracterizada por meios diferenciados voltados a estudantes que buscam oportunidade de uma educação continuada, além de uma modalidade alternativa de se expandir a educação. Também, segundo Martins e Polak (2001), de democratizar o acesso ao conhecimento no atual estágio de desenvolvimento científico-tecnológico e econômico.

Porém, a EaD não requer tão somente estes requisitos. Um dos aspectos mais críticos e urgentes para criação de uma educação orientada é responder aos desafios presentes na sociedade do conhecimento no que diz respeito à formação dos professores para a utilização pedagógica das ferramentas tecnológicas.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Perazzo (2008, *apud* LÜCK, 2008, p. 267) salienta que:

A incorporação da tecnologia na formação docente deve incluir principalmente a reflexão sobre as potencialidades, limitações e impactos na aprendizagem em contextos específicos. Isso implica: (1) superar as políticas do setor centralizadas na simples disponibilização de equipamentos tão ao gosto de propostas governamentais de educação descoladas ou comprometidas com o capital estrangeiro que derrama nos países periféricos os equipamentos obsoletos e suas economias avançadas [...] (3) Abordar transversalmente as tecnologias no tratamento de todas as disciplinas, desestimulando os enfoques técnicos-instrumentais que conduzem ao uso acrítico dos recursos, sem articulação com os objetivos, conteúdos e contextos.

Nessa perspectiva, nota-se a necessidade de uma organização educacional diferenciada na EaD, privilegiando tempos e espaços fluidos, mais flexíveis.

Pode-se dizer que a Educação a Distância no Brasil tem uma trajetória significativa, apesar de algumas estagnações decorrentes da falta de políticas públicas voltadas para essa modalidade. Por mais de um século, diversos programas foram criados a fim de facilitar o acesso a educação atendendo, sobretudo, cidadãos moradores de regiões mais remotas, conforme relata Litto (2010). O curso é ofertado para pessoas que por razão de pertencimento, ou seja, classes sociais menos favorecidas, ou com difícil acesso a universidade, ou por trabalhar muito para sobreviver e não dispor de tempo útil para estudos, ou por não possuir afinidades motoras com os modernos aparatos tecnológicos, ou, muitas vezes, por todos esses motivos não tiveram condições de ingressar no curso superior. Portanto, entende-se, a princípio, que o curso é ofertado a pessoas que apresentam dificuldades ao acesso no ensino e precisam mais ainda do contato, do relacionamento com o professor e com os colegas, do diálogo.

2 CATEGORIAS DE ANÁLISE ENVOLVIDAS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Conforme mencionado anteriormente, a Educação a Distância tem sido uma alternativa de acesso ao Ensino Superior e para compreensão deste fato, há que se investigar algumas categorias de análise. Cumpre, em primeiro lugar, destacar a categoria de conteúdo *totalidade*.

Ao partir da ideia de que os fenômenos naturais e humanos não podem ser compreendidos separadamente, há que se trabalhar a totalidade a fim de responder as necessidades do homem em seus aspectos individual e coletivo, produzindo sua própria existência de maneira complexa e processual. Para Kozik (2011, p. 44), “a totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido”. Assim, cada fenômeno pode ser interpretado como um todo parcial, mas que pertence a uma totalidade complexa. Se por um lado é particular, em razão de sua especificidade, por outro só existe se sua essência estiver fundamentada na totalidade em que se apresenta. Segundo Marx e Engels (1989), a totalidade não significa todos os fatos ou a somatória das partes, mas uma complexidade em que cada fenômeno é entendido ao relacionar-se com outros fenômenos. Entende-se assim que nada é isolado e é a totalidade que dá sentido a cada fenômeno. É necessário considerar cada fenômeno no conjunto dos aspectos e manifestações da realidade em que está inserido. Netto (1994, p. 37-38) afirma que:

O próprio da estrutura do ser social é o seu caráter de totalidade: não um “todo” ou um “organismo”, que integra funcionalmente partes que se complementam, mas um sistema histórico – concreto de relações entre totalidades que se estruturam segundo o seu grau de complexidade.

O próprio ser social se caracteriza por sua totalidade, já que interage com outros elementos os quais constituem o real. O significado de totalidade auxilia na apreensão da dinâmica do próprio real, uma vez que não há totalidade sem se entender a realidade nas suas leis mais íntimas.

Para compreender a totalidade nesta pesquisa é necessário investigar a categoria do trabalho, que é uma das formas para compreender as relações com a educação na vida do homem e sua relação com a sociedade. A categoria trabalho é a mais evidenciada nas obras de Marx, que considera

como a base de toda a atividade econômica. Nas palavras de Marx (1980, p. 149):

O trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nelas adormecida e sujeita o jogo de suas forças e seu próprio domínio.

Considerando a afirmação supracitada, pode-se afirmar que trabalho é uma habilidade do homem em modificar a matéria e transformá-la em produtos que atendam suas necessidades. É buscar na natureza subsídios que contribuirão em suas tarefas sociais.

Para Lembruguer, fazendo uma análise mais específica da EaD, para entender as muitas funções atribuídas ao professor-tutor em tempos de avanços tecnológicos, afirma:

Esse cenário implica em que o professor assuma múltiplas funções, se integre a uma equipe multidisciplinar e se assuma como formador, conceitor ou realizador de cursos e materiais didáticos; pesquisador, mediador, orientador e nesta concepção, se assumir como recurso do aprendente. Por isso a adjetivação de professor coletivo: a figura do professor corresponde não a um indivíduo, mas uma equipe de professores. (BRUNO; LEMGRUBER, 2010, p. 71).

A educação, ora apresentada como categoria de análise, é indissolúvel do mundo do trabalho, conforme afirma Saviani (2007a). Para este autor, o trabalho e a educação estão intimamente relacionados. Sustenta o autor que a origem da educação coincide com a origem do homem, pois para ser homem, fundamental aprender a produzir e esse processo é também educativo.

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (SAVIANI, 2007a, p. 13).

Dessa maneira, entende-se que a relação entre trabalho e educação é também uma relação de identidade, pois os homens se apropriam

conjuntamente dos meios de produção da existência e, com isso, educam-se e educam outras gerações. Passam a construir identidades sociais, uma vez que o processo de apreensão e produção da existência é construído no coletivo.

No que tange à relação de educação e trabalho, categorias indissolúveis como mencionado anteriormente, na especificidade das funções exercidas pelo professor-tutor da Educação a Distância, observa-se um problema central: a falta de regulamentação de uma política nacional que reconheça o trabalho do professor-tutor do Ensino Superior como equivalente ao trabalho exercido pelo professor de cursos superiores presenciais. Uma política voltada para os mesmos direitos do professor, como aqueles garantidos pela Constituição Federal de 1988, art. 7º, que trata dos direitos fundamentais do trabalhador. Também pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT – BRASIL, 1943), em seus artigos 317 a 324, os quais determinam como devem ser observados tais direitos.

Além da omissão da lei sobre o trabalho de tutoria, ainda há que se mencionar a maneira que o mesmo encontra-se no exercício da prática, ou seja, de forma fragmentada. Dessa fragmentação, pode-se evidenciar a categoria alienação, a qual o profissional da EaD pode ser submetido em razão de não conseguir enxergar o todo em seu processo de trabalho. Pela falta de regulamentação de uma lei que norteie o trabalho do professor-tutor, cada Instituição de Ensino Superior (IES) propõe maneiras diferenciadas na prática tutorial, sendo que algumas delas dividem o trabalho pelo número de alunos, outras por disciplina e ainda há aquelas que não estabelecem critérios para designar o trabalho do professor-tutor, simplesmente dividem o trabalho de acordo com a demanda de atividades, utilizando o imprevisto a fim de garantir que as atividades sejam avaliadas no prazo anunciado nos ambientes virtuais.

O profissional que tem seu trabalho fragmentado pode sentir que seu conhecimento está sendo expropriado em favor do capital. A força produtiva passa a ser propriedade deste que domina o trabalho e mantém, conseqüentemente, sua hegemonia.

A hegemonia que também aparece como categoria nesta pesquisa, significa segundo Cury (1985, p. 48):

A capacidade de direção cultural e ideológica que é apropriada por uma classe, exercida sobre o conjunto da sociedade civil, articulando

seus interesses particulares com os das demais classes de modo que eles venham a se constituir em interesse geral. Referida aos grupos e facções sociais que agem na totalidade das classes e no interior de uma mesma classe, ela busca também o consenso nas alianças de classe, tentando obter o consentimento ativo de todos, segundo os padrões de sua direção.

No que se refere ao capitalismo, é a ligação entre trabalhadores e capitalistas, que emerge na divisão do trabalho e estabelece uma relação social para ambas as classes. Há, portanto, o domínio sobre o menos favorecido, no caso, o trabalhador, pelo economicamente superior, o capitalista. Esta hegemonia acarreta que o capitalista tenha a propriedade dos meios de produção e a detenção do poder o qual se impõe sob o trabalhador. Para superar esta hegemonia, faz-se necessário o desenvolvimento da consciência desse trabalhador para apropriar-se do conteúdo da atividade em que está inserido. Seria necessária uma nova hegemonia que pode ser iniciada por meio da mediação no processo produtivo. Ao trabalhar a mediação, importante mencionar o pensamento de Kuenzer (2011, p. 57):

É no seio do processo produtivo, mediante estas instituições e pela mediação destes intelectuais, enquanto articuladores e transmissores do saber e da concepção de mundo existentes ao nível do senso comum dos operários, que se fará a nova pedagogia do trabalho.

Para superar a hegemonia ora instalada no processo produtivo, antes é fundamental conceber novas formas de desenvolver o trabalho cabendo ao trabalhador lutar pela apropriação intelectual na sua prática diária.

No entanto, a mediação só existe se pensar a totalidade como “síntese de vários elementos interligados” (CURY, 1985, p. 53), pois somente assim é possível criar uma relação em que os contrários se relacionam reciprocamente. Cury (1985, p. 44) explica que:

A mediação não precisa ser apenas e necessariamente reprodutora da estruturação ideológica reinante. Pode ser uma mediação crítica, pois a legitimação que a ideologia dominante busca nas mediações (e por ela se difunde) não é explicável de modo mais abrangente sem as contradições existentes no movimento da sociedade.

Por meio da mediação é possível existir uma relação capaz de articular o todo e as partes, superando antagonismos de exploração do trabalho. Para tanto, faz-se necessária a relação entre as categorias para auxiliar a compreensão do contexto social. Em suma, a mediação se refere ao fato de

que nada é isolado, mas que toda a sociedade deve permanecer numa relação dialética a toda existência real.

Nota-se que a partir da categoria do trabalho foi possível extrair, conseqüentemente, outras categorias de análise que não podem ser separadas desta, a fim de que haja maior compreensão da forma de trabalho comumente encontrada na modalidade EaD. Tratam-se das categorias de mediação, de hegemonia e de alienação mencionadas até o presente momento. Resta, porém, trabalhar a categoria de marginalização e a categoria de democracia para auxiliar a investigação a respeito dos fenômenos que envolvem a oferta e procura da Educação a Distância.

Na categoria de democracia, cumpre definir o significado deste termo, usado frequentemente na área educacional, principalmente, ao tratar da Educação a Distância.

A palavra democracia tem origem grega *demokratía*, junção de *demos* (povo) e *kratos* (poder). O primeiro sentido do termo democracia é político, ou seja, o poder exercido pelo povo por meio do voto. É uma definição generalizada e mais popular da palavra.

Diferentes definições de democracia existem porque democracia não é somente um sistema de governo, mas pode ser considerada, antes de tudo, uma filosofia, uma forma de viver. Para auxiliar a investigação da presente pesquisa, interessante é conceituar democracia em relação aos direitos fundamentais do homem. Neste sentido, um dos principais papéis da democracia é a proteção dos direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo primeiro, inciso III, trata como princípio fundamental a dignidade da pessoa humana, destacando assim que o homem necessita e deve ser respeitado em toda a sua dignidade, sendo concedido a ele, pelo Estado, esta tutela (BRASIL, 1988).

Combinado a este princípio constitucional, expresso no artigo primeiro, está o artigo 5º, que garante no seu *caput*, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Este é o ponto crucial para trabalhar a categoria de democracia.

Ora, se não há diferenças entre as pessoas, por que algumas têm acesso aos direitos fundamentais assegurados pela Lei e outras não? No que

concerne ao centro da pesquisa, melhor refazer a questão: Por que alguns têm direito a educação e outros não?

Em decorrência deste questionamento, cumpre investigar a categoria de marginalização que está intimamente ligada a categoria de democracia, sendo difícil estudá-las separadamente. É pela categoria de marginalização que se passa a compreender melhor a criação e a expansão da EaD.

Ao partir do pressuposto supramencionado, importante destacar que são considerados marginalizados todos aqueles excluídos de uma vida social, como os processos de educação e trabalho. São pessoas que, em razão de sua classe social, raça, cor ou etnia, ficam à margem da sociedade, deixando de exercer os direitos fundamentais que lhe são assegurados.

O cidadão marginalizado, na especificidade da educação, apesar da lei teoricamente ofertar, não se privilegia do direito ao ensino. A lei ressalta a igualdade, porém, na prática não cumpre totalmente sua proposta. Saviani (2008), buscando encontrar um meio de findar com a seletividade, a discriminação e o rebaixamento daqueles conhecidos como marginais, propõe:

Engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes (SAVIANI, 2008, p. 26).

Dessa maneira, a igualdade ao acesso à educação só acontecerá quando existir uma consciência do trabalhador em compreender as mediações que permeiam as contradições da sociedade capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desta pesquisa foi problematizar a categorização do trabalho do professor-tutor, tomando como ponto de partida que a fragmentação tem sido uma de suas marcas.

A EaD já acontecia no Brasil desde o começo do século XX, no entanto, foi somente com a consolidação da Lei de Diretrizes e Base da Educação, em 1996, é que esta foi considerada modalidade de ensino. Ampliada no governo de Fernando Henrique Cardoso e fortalecida pelo presidente Lula da Silva, a EaD sofreu e, ainda sofre, inúmeras críticas quanto a sua rápida expansão e,

questionamentos sobre a qualidade dos cursos ofertados nesta modalidade. O que era meramente uma suposição, no nosso entendimento, atingiu sua concretude pelo fato de que a educação se apresenta com características, eminentemente, voltadas para o aspecto de mercado. Basta ver verdadeiras guerras das instituições de ensino superior na disputa pelo aluno. Verdadeiras barganhas são disponibilizadas pela mídia com o intuito de atrair “clientes”, ofertando mensalidades que não são condizentes ao nobre objetivo da educação. Em que pese o objetivo de viabilizar acesso à educação a pessoas economicamente menos favorecidas, há que se pensar em uma educação de qualidade e não, simplesmente, em um produto ofertado indiscriminadamente. Somente o acesso não garante a qualidade.

Além do exposto, uma das razões pela qual a EaD seja alvo de crítica, está na forma como tem sido apresentada em relação aos profissionais da educação. Os professores-tutores, que têm sua categorização fragmentada em suas diferentes funções no mesmo processo educacional, podem ver seu trabalho semelhante ao modelo de uma fábrica pelo fato de se parecer uma linha de produção. Os profissionais desta modalidade trabalham no ambiente virtual e presencial, no entanto, nota-se que não são os mesmos professores-tutores que gerenciam todo o processo, certamente pela grande quantidade de alunos, conseqüentemente, vasta demanda de atividades.

Desta maneira, é fundamental pensar numa forma de fazer com que o trabalho do professor-tutor tenha aspectos de criticidade como a do docente de sala de aula. Pensar em discutir um projeto de lei que organize o trabalho do professor-tutor da EaD é o primeiro passo para que ocorram mudanças as quais reconheçam a importância deste profissional. Elaborar critérios que estabeleçam uma divisão de trabalho, e não fragmentação. Assim, o professor-tutor terá meios de realizar suas funções com mais eficiência à medida que passa a ter uma visão total de seu trabalho. Com isso, o professor torna-se valorizado e passa a sentir produtivo naquilo que faz, otimizando o processo de ensino e aprendizagem.

Para que a Educação a Distância tenha seu reconhecimento de forma relevante, a qualidade tem que sair da dimensão dos discursos e tornar-se um compromisso sério celebrado pelas instituições educacionais que precisam pensar em seus alunos e seus docentes.

REFERÊNCIAS

ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância. **Censo EAD.BR:** relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2012. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/censoead/censo2012.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2014.

_____. **Censo EAD.BR:** relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2013. Curitiba: Ibpex, 2014. Disponível em: <http://www.abed.org.br/censoead/2013/CENSO_EAD_2013_PORTUGUES.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 out. 1988.

BRASIL. Decreto de 20 de outubro de 2003. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 21 out. 2003a. Disponível em: <http://www.cmconsultoria.com.br/legislacao/decretos/2003/dec_2003_10_20_decretos.pdf>. Acesso em: 18 set. 2014.

BRASIL. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 20 dez. 2005a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 16 set. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 1 maio 1943.

BRASIL. **O que é educação a distância?** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12823:o-que-e-educacao-a-distancia&Itemid=230>. Acesso em: 16 set. 2014a.

BRUNO, A. D.; LEMGRUBER, M. S. **A dialética professor-tutor na educação online:** o curso de pedagogia-UAB-UFJF em perspectiva. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE HIPERTEXTO, 3.; 2009, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2009.

BRUNO, Adriana R.; LEMGRUBER, Márcio S. **Docência na educação online:** professorar e (ou) tutorar? In: Tem professor na rede. BRUNO, Adriana R. ... [et al.]. Juiz de Fora, MG, UFJF, 2010.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição:** elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 1985.

DUARTE, N. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 24., 2001, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2001.

KOZIK, K. **Dialética do concreto.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

KUENZER, A. Z. **Pedagogia da fábrica**. As relações de produção e a educação do trabalhador. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LITTO, F. **Aprendizagem a distância**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

LÜCK, E. H. Educação a distância: contrapondo críticas, tecendo argumentos. **Educação**, Porto Alegre, v. 31, n. 3, p. 258-267, set./dez., 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/4480/3399>>. Acesso em: 16 set. 2014.

MARTINS, O. B.; POLAK, Y. N. de S. **Educação a Distância na UFPR: novos caminhos e novos rumos**. 2. ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.

MARX, K. **O capital**. Livro I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: M. Fontes, 1989.

NETTO, J. P. Razão, ontologia e práxis. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano XV, n. 44, 1994.

NUNES, I. B. **Noções de educação a distância**. Brasília, 1997. Mimeo.
PERAZZO, M. I. La ruta de la alfabetización digital en la educación superior: una trama de subjetividades y prácticas. **Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento**, Barcelona, v. 5, n. 1, p. 1-10, 2008. Disponível em: <<http://www.uoc.edu/rusc/5/1/dt/esp/perazzo.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2014.

PINTO, A. V. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2009a.

_____. **Escola e democracia**. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2009b.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007a.

_____. _____. Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações**. 5. ed. São Paulo: Autores Associados, 1995.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 422-590, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/02>>. Acesso em: 18 set. 2014.